



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO**

**Departamento de Licitações, Controle e Parcerias**

### **EDITAL**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO**

022/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

#### **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS**

Dia 26/05/2026, às 08 horas (Horário de Brasília)

#### **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS**

Dia 08/06/2026, às 08 horas (Horário de Brasília)

#### **ABERTURA DAS PROPOSTAS**

Dia 08/06/2026, às 08h01 (Horário de Brasília)

#### **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS**

Dia 08/06/2026, às 10 horas (Horário de Brasília)

#### **LOCAL DA DISPUTA**

[www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

[menor preço]

#### **MODO DE JULGAMENTO:**

[Global]

#### **MODO DE DISPUTA:**

[aberto]

#### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

[Não]

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO**, inscrita no CNPJ sob o nº **46.634.317/0001-80**, através do Secretário Municipal de Governo, Senhor **MILTON WOLF**, no exercício das atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 007/2025, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Municipal 2.123/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

**DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço **GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** É fundamental a leitura integral do edital e de **TODOS** os anexos, pois há regras importantes para a contratação que não estarão indicadas no corpo deste edital.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem devidamente credenciadas no Portal BLL.

**2.1.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**2.2.** O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas ao Portal: BLL, em tempo hábil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.

**2.3.** O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema.

**2.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.5.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO** está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ficando a cargo do(a) do participante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/Portal: BLL) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

**2.6.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à BLL atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**2.7.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**2.8.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta, inserção dos respectivos documentos de habilitação e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa, observados, data e horário limite estabelecido.

**2.9.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do **Portal: BLL**.

**2.10.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.11.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.12.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.13.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

**2.14.** É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.

**2.15.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: suporte (41) 3097-4600, ou através [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br) da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail

**2.16.** Face a peculiaridade deste certame, não haverá item exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

**2.16.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Não poderão disputar esta licitação:

**2.16.2.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.16.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.16.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.16.5.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.16.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.16.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.16.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.16.9.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.16.10.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.16.11.** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**2.16.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.16.13.** O impedimento de que trata o item 2.16.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.16.14.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.16.3 e 2.16.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob Supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.16.15.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.16.16.** O disposto nos itens 2.16.3 e 2.16.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.16.17.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.16.18.** A vedação de que trata o item 2.16.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS**

3.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.2. A pretensão referida no subitem 0 será formalizada por meio de requerimento endereçado ao Setor de Licitação da Prefeitura da Barra do Turvo, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal: BLL em [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br); ou e-mail [licitacao@barradoturvo.sp.gov.br](mailto:licitacao@barradoturvo.sp.gov.br); ou ainda, em “Protocolo”, junto à Prefeitura, sito à Avenida 21 de março, 304, Centro – Barra do Turvo/SP – CEP 11955-000, nos dias úteis, das 08 horas às 12 horas e das 13h30 às 17h30.

3.3. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é (015) 3578-9444.

3.4. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.5. Os esclarecimentos passarão a integrar os autos do PREGÃO.

3.6. A resposta será encaminhada ao interessado pelo mesmo meio da apresentação do seu pedido.

3.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2. Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. As medidas referidas no subitem 4 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado ao Setor de Licitação da Prefeitura da Barra do Turvo, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal: BLL em [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br); ou e-mail [licitacao@barradoturvo.sp.gov.br](mailto:licitacao@barradoturvo.sp.gov.br); ou em "Protocolo", junto a Prefeitura, sito à Avenida 21 de março, 304, Centro – Barra do Turvo/SP – CEP 11955-000, nos dias úteis, das 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:00hs. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, suas propostas com o preço, em campos próprios disponíveis no sistema.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7. A apresentação dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado será exigida no prazo de até 02 (duas) horas após a convocação dentro do Portal BLL. Após esse prazo os documentos serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e se tornarão públicos para acesso dos demais licitantes.

5.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.10.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados**, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.

**5.11.** O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto no preâmbulo

**5.12.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

**5.13.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

**5.14.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

## 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- o caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- No caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- No caso de Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- No caso de Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

#### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- Qualificação Operacional – Comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, que evidencie(m) a execução de serviços similares compatíveis com o objeto (atividades esportivas, recreativas, culturais ou educacionais).
- Declaração de que disporá, no momento da contratação, de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para execução dos serviços.

#### **DECLARAÇÕES (ANEXO III)**

a) Declara que, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

b) Declara que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

d) Declara que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

e) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

f) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do artigo 63, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;

g) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

h) Declara que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos. 42 a 49;

i) Declara que os preços cotados na proposta incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação;

j) Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar Federal nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar Federal nº 147/2014, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integram o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente;

k) Declara que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas, respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1.** Valor unitário do item, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula; O sistema fará a multiplicação do valor unitário pela quantidade. O julgamento será processado pelo valor do global da proposta; O sistema também preencherá o valor total da proposta fazendo a soma dos valores totais.

**7.1.2.** Marca e modelo (quando for o caso), para serviços poderá ser preenchido o campo com “marca própria”;

**7.1.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**7.1.4.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**7.2.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.3.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.4.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**7.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.6.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**7.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**7.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**7.11.** A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.

**7.11.1.** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.7.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *R\$ 00,01 (um centavo)*.

- 8.8.** O licitante poderá, quando digitar lance de forma errônea, solicitar, antes do encerramento da disputa (do item ou lote), o cancelamento do lance.
- 8.9.** Neste processo será adotado o modo de disputa “ABERTO” e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18.** Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 8.19.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.20.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.23.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.23.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 8.23.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.23.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações

previstos nesta Lei;

**8.23.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**8.23.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.23.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**8.23.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**8.23.2.2.** empresas brasileiras;

**8.23.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.23.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.23.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.23.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.23.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.23.6.** O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

**8.23.7.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.17 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**9.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**9.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**9.5.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 9.6.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.7.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 9.8.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.9.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.10.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 9.11.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.12.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.13.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.14.** No caso de bens e serviços em geral, o indício de inexequibilidade será observado de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.15.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.15.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.15.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.16.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.17.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.18.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.19.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.19.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 9.19.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.20.** A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.
- 9.21.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.22.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.23.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.24.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**9.24.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.24.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.25.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.26.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** O licitante deverá apresentar a Declaração Unificada, conforme Anexo III, deste Edital, onde declara que:

**10.1.1.** atende aos requisitos de habilitação previstos neste Edital;

**10.1.2.** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, encontrando-se em situação regular no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

**10.1.3.** não está impedida de participar de licitações ou contratar com esta Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do PREGÃO, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer;

**10.1.4.** inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**10.1.5.** sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

**10.1.6.** não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Barra do Turvo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**10.1.7.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 63, inc. IV da Lei nº 14.133/21;

**10.1.8.** em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**10.1.9.** observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP).

**10.2.** Em caso de solicitação de documentos complementares aos documentos já acostado no sistema, estes deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 4 horas, contado da solicitação do pregoeiro

**10.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**10.4.** O licitante deverá entregar documento com os dados do representante legal responsável por assinar o Contrato, conforme Anexo V.

**10.6.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.6.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.7.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**10.7.1.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**10.8.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas sob pena de inabilitação.

**10.8.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**10.9.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10.10.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**10.10.1.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**10.13.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.14.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**10.14.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**10.15.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

**10.15.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.15.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.16.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem [8.15.1](#).

**10.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**10.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**10.20.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**10.20.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.21.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.22.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**10.23.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.24.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.25.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**11.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à licitante, se for o caso.

**11.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

**11.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**11.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**11.4.** A oferta deverá ser limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**11.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## 12. DOS RECURSOS

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.2.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.2.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.2.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

**12.2.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação.

**12.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata.

na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, podendo ser prorrogável mediante justificativa.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que adjudicará o objeto e homologará a licitação.

## 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou emitido instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho/Carta Contrato).

**15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho/Carta Contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, Ata de Registro ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) **ou meio eletrônico (e-mail da empresa cadastrado na plataforma BLL)**, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**15.3.** O aceite da Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**15.3.1.** Referido documento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A licitante se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**15.3.3.** A licitante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 16. DAS SANÇÕES

**16.1.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

**16.2.** Na assinatura do contrato ou ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do ajuste.

**16.2.1.** Na hipótese de irregularidade, o licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**16.3.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital e termo de referência ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

**16.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

**16.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver proposta.

**16.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**16.7.** Recursar-se sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**16.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**16.9.** fraudar a licitação;

**16.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**16.10.1.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**16.10.1.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**16.10.1.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**16.10.2.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**16.10.3.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**16.11.** Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**16.11.1.** advertência;

**16.11.2.** multa;

**16.11.3.** impedimento de licitar e contratar; e

**16.11.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**16.12.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**16.12.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**16.12.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**16.12.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**16.12.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**16.12.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.13.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.13.1.** Para as infrações previstas nos itens [16.4](#), [16.5](#), [16.6](#), a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**16.13.2.** Para as infrações previstas nos itens [16.9](#), [16.10](#), [16.10.2](#), [16.10.3](#) a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**16.14.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**16.15.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.16.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [16.4](#), [16.5](#), [16.6](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**16.17.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.8, 16.9, 16.10.2, 16.10.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.4, 16.5, 16.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**16.18.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, §5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**16.19.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**16.20.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.21.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.22.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.23.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.24.** As sanções referentes à execução do objeto desta licitação são aquelas definidas na minuta de contrato/ata de registro de preços, anexa a este Edital. Além daquelas previstas nos artigos 155 à 163, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**17.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**17.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**17.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**17.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da

condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**17.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**17.11.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**17.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**17.13.** A Prefeitura Municipal de Barra do Turvo, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**17.14.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato;

**17.15.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**17.16.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**17.17.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos: plataforma do Portal BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)) e Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

É fundamental a leitura integral, além do edital, de TODOS os anexos, pois há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital.

**17.18.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III - Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV - Modelo de Declaração unificada;

ANEXO V – Modelo de proposta de preços;

ANEXO VI – Dados do representante legal;

Barra do Turvo, 22 de maio de 2026.

**MILTON WOLF**

Secretário Municipal de Governo



Documento assinado eletronicamente por **Milton Wolf, Secretário de Governo**, em 25/05/2026, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/registro/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/registro/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0061104** e o código CRC **5993F06E**.

---

---

Referência: Processo nº 3505401.401.00000111/2026-71

SEI nº 0061104



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### **1. INFORMAÇÃO GERAIS.**

##### **1.1. Objeto**

1.1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

1.1.2. A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a ampliação e a qualificação dos projetos esportivos e culturais desenvolvidos pelo Município, os quais são ofertados de forma permanente à população e constituem importante instrumento de promoção da inclusão social, do desenvolvimento humano e do fortalecimento das atividades culturais locais.

1.1.3. Verifica-se, ainda, que o quadro funcional do Município não dispõe de profissionais suficientes para atender integralmente às demandas existentes, especialmente diante da expansão das atividades para bairros mais afastados da região central e do aumento da participação da comunidade.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, tendo em vista a natureza variável das demandas, permitindo contratações conforme a necessidade da Administração, com maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

##### **1.2. Secretaria Requisitante**

Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

#### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

##### **2.1 Justificativa da Necessidade**

O Município de Barra do Turvo desenvolve, projetos esportivos e culturais consolidados, ofertados de forma contínua à população. Verifica-se, contudo, a necessidade de ampliação do atendimento, especialmente nos bairros mais afastados da região central, assegurando acesso igualitário às práticas esportivas, culturais e de lazer.

##### **2.2 Contextualização**

O Município participa regularmente de competições estaduais e festivais esportivos e culturais promovidos localmente e em municípios vizinhos. Para os próximos exercícios, há planejamento para ampliar a participação em eventos e incluir novas modalidades nos projetos municipais.

##### **2.3 Fundamentação da Contratação**

Diante do aumento da demanda e da ampliação das atividades, torna-se necessária a contratação de profissionais qualificados nas áreas de Educação Física e Música, com atuação em modalidades diversificadas. A medida visa fortalecer as políticas públicas de esporte e cultura, promovendo inclusão social, especialmente na zona rural, historicamente carente de atividades regulares.

##### **2.4 Especificação dos Serviços**

**2.4.1** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de professores de Educação Física e regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das escolinhas esportivas e da escola de música mantidas e/ou a serem implantadas pela Prefeitura Municipal de Barra do Turvo/SP.

**2.4.2** Os serviços contemplarão aulas em diversas modalidades esportivas e culturais, conforme demanda municipal, incluindo, entre outras: futebol, futsal, voleibol, basquete, handebol, tênis de mesa, lutas, dança, ginástica, recreação, música, fanfarra e atividades correlatas.

**2.4.3** Para as modalidades de lutas, como Karatê, Capoeira, Muay Thai, Judô e Jiu-Jitsu, a empresa deverá disponibilizar profissionais com diploma, certificado e/ou experiência comprovada compatível com a modalidade.

**2.4.4** Para as aulas de música, os profissionais deverão demonstrar experiência no ensino a crianças e adolescentes, capacidade de planejamento, organização, preparação de materiais, boa comunicação, flexibilidade de horários e comprometimento com práticas inclusivas. A empresa deverá possuir CNAE compatível com o objeto da contratação.

2.5. Foram consideradas alternativas à contratação por meio de empresa especializada, tais como execução direta por servidores e outras formas de organização da prestação dos serviços.

Entretanto, verificou-se que o quadro funcional atual do Município não dispõe de profissionais suficientes para atendimento integral da demanda, especialmente diante da ampliação das atividades e da necessidade de atendimento em diferentes localidades.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se a solução mais adequada para assegurar a continuidade e a ampliação dos serviços ofertados à população.

##### **2.5 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO/ SERVIÇO.**

**2.5.1.** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

##### **2.6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

Os requisitos estabelecidos para a presente contratação observam os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, sendo estritamente necessários para assegurar a adequada execução do objeto, conforme disposto no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, os quais serão descritos de forma analítica no Termo de Referência.

**a) Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista.**

A empresa contratada deverá comprovar sua regular constituição jurídica, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

**b) Qualificação dos Profissionais.**

Os profissionais disponibilizados deverão possuir formação e habilitação compatíveis com as atividades a serem desempenhadas, observando-se:

- Para profissionais de Educação Física: formação em curso superior de Educação Física e registro ativo no respectivo Conselho Regional (CREF), quando exigido pela legislação vigente;
- Para regente/instrutor de música: comprovação de formação na área musical ou experiência comprovada na condução de grupos, bandas ou projetos musicais.

**3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.**

Há previsão no Plano Anual de Contratações (PCA)?

( ) Sim (X) Não

A prefeitura Municipal de Barra do Turvo/SP ainda não elaborou o Plano de Contratações Anuais.

**4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.**

4.1. Os quantitativos estimados decorrem da necessidade de atendimento contínuo às demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, abrangendo crianças, adolescentes, adultos e idosos, com foco em atividades no contraturno escolar, projetos sociais, ações de promoção da saúde, inclusão social e fomento à cultura e ao esporte.

4.2. A definição das quantidades considerou, cumulativamente:

- a ampliação das atividades em razão da recente estruturação de políticas públicas voltadas ao esporte e cultura;
- a necessidade de atendimento tanto na zona urbana quanto nos bairros (zona rural), especialmente por meio de ações itinerantes;
- a disponibilidade de espaços públicos (quadras, campos, centros comunitários e locais de convivência);
- a estimativa de turmas por modalidade.

4.3. As cargas horárias foram dimensionadas de modo a viabilizar:

- formação de turmas itinerantes;
- realização de eventos esportivos, culturais e recreativos vinculados aos projetos;
- atendimento descentralizado, inclusive em localidades mais afastadas;
- continuidade das ações ao longo do exercício, evitando descontinuidade dos serviços.

4.4. Ressalta-se que os quantitativos ora estimados possuem natureza previdenciária, especialmente por se tratar de contratação via Sistema de Registro de Preços, podendo ser utilizados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, não gerando obrigatoriedade de contratação integral.

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS MENSAIS	TOTAL DE HORAS ANUAL
1	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Futebol de Campo Masculino e Feminino.</b>	16	192
2	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Futsal Feminino e Masculino.</b>	16	192
3	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Voleibol Feminino e Masculino.</b>	16	192
4	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Basquete Feminino e Masculino</b>	8	96
5	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Capoeira.</b>	8	96
6	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Judô</b>	16	192
7	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Jiu-jitsu.</b>	16	192
8	Prestação de serviço de educador físico para ministrar projeto de recreação tais como esportes coletivos, realização de eventos esportivos, de lazer, sociais, culturais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>RECREAÇÃO ITINERANTE NOS BAIRROS</b>	16	192
9	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de dança (tradicional, gaúcha, polonesa), Musculação adaptada, Pilates Solo, ginástica, projetos de integração, gincanas, caminhadas, enfim, atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>GRUPO DA MELHOR IDADE.</b>	16	192
10	Prestação de serviço de regente instrutor de musica para ministrar projeto de aulas de musicas tais como fanfarra, bateria e cantos realização de eventos culturais, de lazer, sociais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>RECREAÇÃO ITINERANTE NOS BAIRROS</b>	16	192
11	Prestação de serviço de regente, instrutor de musica para ministrar projeto de aulas de musicas tais como fanfarra, bateria e cantos realização de eventos culturais, de lazer, sociais e artísticos,	16	192

direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido **no centro de Barra do Turvo**

##### 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO / LEVANTAMENTO DE MERCADO.

5.1. A solução proposta demanda a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais, com capacidade para disponibilização de profissionais de Educação Física e regente/instrutor de música, conforme especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

5.2. O levantamento de mercado foi realizado nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa direta junto a fornecedores do ramo, atuantes na região do Vale do Ribeira e adjacências.

5.3. Para a formação da estimativa de preços, foram observados os seguintes critérios:

5.4. A metodologia adotada para definição do valor estimado consistiu na utilização do menor valor dentre as cotações válidas obtidas, por item/serviço, considerando a natureza padronizada das atividades e a existência de oferta suficiente no mercado regional, de modo a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da exequibilidade contratual.

5.5. A adoção do menor valor como parâmetro de estimativa mostra-se adequada ao caso concreto, uma vez que os serviços apresentam características comuns no mercado, com relativa homogeneidade de preços praticados, não se verificando variações significativas que prejudiquem a utilização do parâmetro.

5.6. Considerando a natureza integrada dos serviços, a dispersão geográfica das atividades (zona urbana e bairros) e a necessidade de padronização da execução, gestão contratual centralizada e otimização logística, optou-se pela adjudicação por lote único (global), medida que se mostra tecnicamente justificada e economicamente vantajosa, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, não havendo prejuízo à competitividade.

5.7. O valor global estimado da contratação é de R\$ 119.808,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e oito reais), conforme detalhamento constante na planilha abaixo descrita.

5.8. Ressalta-se que a contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, sendo os quantitativos estimados meramente referenciais, podendo a Administração contratá-los conforme sua necessidade.

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT DE HORAS MENSAIS	TOTAL DE HORAS ANUAL	VALOR UNIT POR HORA	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Futebol de Campo Masculino e Feminino.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
2	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Futsal Feminino e Masculino.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
3	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Voleibol Feminino e Masculino.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
4	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Basquete Feminino e Masculino</b>	8	96	R\$ 48,00	R\$ 4.608,00
5	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Capoeira.</b>	8	96	R\$ 48,00	R\$ 4.608,00
6	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Judô</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
7	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Jiu-jitsu.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
8	Prestação de serviço de educador físico para ministrar projeto de recreação tais como esportes coletivos, realização de eventos esportivos, de lazer, sociais, culturais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>RECREAÇÃO ITINERANTE NOS BAIRROS</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
9	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de dança (tradicional, gaúcha, polonesa), Musculação adaptada, Pilates Solo, ginástica, projetos de integração, gincanas, caminhadas, enfim, atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>GRUPO DA MELHOR IDADE.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
10	Prestação de serviço de regente instrutor de musica para ministrar projeto de aulas de musicas tais como fanfara, bateria e cantos realização de eventos culturais, de lazer, sociais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>RECREAÇÃO ITINERANTE NOS BAIRROS</b>	16	192	R\$ 120,00	R\$ 23.040,00
11	Prestação de serviço de regente, instrutor de musica para ministrar projeto de aulas de musicas tais como fanfara, bateria e cantos realização de eventos culturais, de lazer, sociais e artísticos, direcionado para atividades correlatas	16	192	R\$ 120,00	R\$ 23.040,00

	que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>no centro de Barra do Turvo</b>				
	<b>TOTAL GERAL</b>				<b>R\$ 119.808,00</b>

### 5.9. Valor Estimado

Inclui-se a presente justificativa técnica expressa para esclarecer que, embora tenha sido apurada a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, optou-se pela adoção do menor preço identificado como valor estimado para a contratação.

Tal procedimento encontra fundamento no princípio da economicidade, previsto no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública a busca pela proposta mais vantajosa e pela melhor utilização dos recursos públicos disponíveis.

A adoção do menor preço como parâmetro estimado revela-se medida prudente e alinhada ao interesse público, evitando a sobre avaliação do objeto e promovendo maior competitividade no certame, sem prejuízo da viabilidade da contratação, uma vez que o valor considerado decorre de preço efetivamente praticado no mercado.

Valor total estimado da contratação: R\$ 119.808,00 (cento e dezenove mil oitocentos e oito reais).

### 6. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO.

Objeto composto por itens divisíveis?

( ) Sim (X) Não

#### Justificativa:

6.1. Embora envolva diferentes modalidades, o objeto integra política pública única da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, sendo executado de forma coordenada e complementar.

6.2. A contratação em lote único justifica-se em razão:

- da imprevisibilidade da demanda, com variação de turmas, locais e atividades ao longo do exercício;
- da necessidade de gestão e fiscalização centralizadas, especialmente diante da estrutura administrativa reduzida do Município;
- da padronização e integração das ações, que frequentemente compartilham espaços, público e cronogramas.

6.3. Quanto à competitividade, verificou-se a existência de empresas aptas a fornecer equipe multidisciplinar, não havendo restrição indevida à participação.

6.4. A contratação conjunta proporciona ganhos operacionais, como melhor coordenação das atividades, eficiência logística (inclusive em ações itinerantes) e continuidade dos serviços.

### 7. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO.

7.1. Com base nas justificativas e especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, bem como na existência de planejamento orçamentário, a equipe de contratação constatou a viabilidade e a necessidade da contratação.

7.2. Diante do exposto, declara-se a viabilidade e razoabilidade da contratação, nos termos das solicitações apresentadas e deste Estudo Técnico Preliminar.

### 8. FORMA DE CONTRATAÇÃO.

#### 8.1. Adjudicação

- ( ) Por item  
 ( ) Por lote  
 (X) Global  
 ( ) Nenhuma das alternativas

#### 8.2. Modalidade

- ( ) Concorrência  
 (X) Pregão Eletrônico  
 ( ) Dispensa de Licitação  
 ( ) Inexigibilidade  
 (x) Registro de Preços

#### 8.3. Descrição da Solução como um Todo

A solução proposta consiste na realização de Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, a serem disponibilizados sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

A modelagem adotada decorre da análise das características da demanda municipal, que se apresenta contínua, porém variável, em razão da oscilação do número de turmas, diversidade de modalidades, atendimento descentralizado (zona urbana e bairros) e calendário de eventos esportivos e culturais.

A contratação por meio de empresa especializada, via Sistema de Registro de Preços, apresenta a melhor relação custo-benefício, considerando:

- flexibilidade na contratação, permitindo ajustar a execução conforme a demanda real;
- ausência de encargos permanentes típicos de vínculo estatutário;
- padronização dos serviços prestados, com maior controle de qualidade;
- otimização da gestão contratual, com centralização da execução em um único fornecedor;
- redução de custos administrativos indiretos, em comparação a múltiplas contratações individuais.

Adicionalmente, o modelo permite maior previsibilidade orçamentária e melhor alocação dos recursos públicos, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência.

**8.4. O Estudo Técnico Preliminar foi conclusivo quanto à real necessidade da contratação?**

(X) Sim ( ) Não

Barra do Turvo, na data da assinatura digital.

**RAFAEL BONACINA***Secretário de Esportes, Cultura e Lazer*

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Bonacina**, SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUC., CULT., ESPORTES E LAZER, em 27/03/2026, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/registro/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=Q](https://cidades.sei.sp.gov.br/registro/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=Q), informando o código verificador **0051561** e o código CRC **F6F397A7**.

Referência: Processo nº 3505401.401.00000111/2026-71

SEI nº 0051561



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.**

1.1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

1.1.2. A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a ampliação e a qualificação dos projetos esportivos e culturais desenvolvidos pelo Município, os quais são ofertados de forma permanente à população e constituem importante instrumento de promoção da inclusão social, do desenvolvimento humano e do fortalecimento das atividades culturais locais.

1.1.3. Verifica-se, ainda, que o quadro funcional do Município não dispõe de profissionais suficientes para atender integralmente às demandas existentes, especialmente diante da expansão das atividades para bairros mais afastados da região central e do aumento da participação da comunidade.

1.1.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, tendo em vista a natureza variável das demandas, permitindo contratações conforme a necessidade da Administração, com maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

1.1.5. O prazo de vigência da presente contratação será de 1 (um) ano, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogável nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.**

2.1A contratação será realizada por meio de **Registro de Preços**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos legais vigentes na data da formalização, bem como as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

A solução proposta visa suprir a necessidade de desenvolvimento e manutenção das atividades esportivas, recreativas, culturais e musicais promovidas pelo Município, garantindo a oferta de aulas, treinamentos, oficinas, ensaios e demais ações voltadas à comunidade. Os profissionais contratados deverão possuir qualificação técnica compatível com as funções desempenhadas, observando as exigências legais e regulamentares aplicáveis a cada categoria.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável e eventual da demanda, possibilitando contratações conforme a necessidade da Secretaria, durante o período de vigência da ata, com maior flexibilidade administrativa e melhor planejamento dos recursos públicos.

A contratação de empresa especializada é necessária para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades ofertadas, considerando que o quadro funcional próprio do Município não dispõe, em número suficiente, de profissionais habilitados para atender integralmente às demandas existentes. Além disso, a solução terceirizada revela-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, permitindo a ampliação das ações esportivas e culturais com eficiência, organização e atendimento adequado à população.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

4.1. Os requisitos estabelecidos para a presente contratação observam os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, sendo estritamente necessários para assegurar a adequada execução do objeto, conforme disposto no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

**a) Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista.**

A empresa contratada deverá comprovar sua regular constituição jurídica, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

**b) Qualificação dos Profissionais.**

Os profissionais disponibilizados deverão possuir formação e habilitação compatíveis com as atividades a serem desempenhadas, observando-se:

- Para profissionais de Educação Física: formação em curso superior de Educação Física e registro ativo no respectivo Conselho Regional (CREF), quando exigido pela legislação vigente;
- Para regente/instrutor de música: comprovação de formação na área musical ou experiência comprovada na condução de grupos, bandas ou projetos musicais.

**5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.**

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT DE HORAS MENSAIS	TOTAL DE HORAS ANUAL	VALOR UNIT POR HORA	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Futebol de Campo Masculino e Feminino</b> .	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00

2	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Futsal Feminino e Masculino.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
3	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Voleibol Feminino e Masculino.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
4	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Basquete Feminino e Masculino</b>	8	96	R\$ 48,00	R\$ 4.608,00
5	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Capoeira.</b>	8	96	R\$ 48,00	R\$ 4.608,00
6	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Judô</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
7	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de <b>Jiu-jitsu.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
8	Prestação de serviço de educador físico para ministrar projeto de recreação tais como esportes coletivos, realização de eventos esportivos, de lazer, sociais, culturais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>RECREAÇÃO ITINERANTE NOS BAIROS</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
9	Prestação de serviço de educador físico para ministrar aulas de dança (tradicional, gaúcha, polonesa), Musculação adaptada, Pilates Solo, ginástica, projetos de integração, gincanas, caminhadas, enfim, atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>GRUPO DA MELHOR IDADE.</b>	16	192	R\$ 48,00	R\$ 9.216,00
10	Prestação de serviço de regente instrutor de musica para ministrar projeto de aulas de musicas tais como fanfara, bateria e cantos realização de eventos culturais, de lazer, sociais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>RECREAÇÃO ITINERANTE NOS BAIROS</b>	16	192	R\$ 120,00	R\$ 23.040,00
11	Prestação de serviço de regente, instrutor de musica para ministrar projeto de aulas de musicas tais como fanfara, bateria e cantos realização de eventos culturais, de lazer, sociais e artísticos, direcionado para atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento dos projetos e atendimento do público assistido <b>no centro de Barra do Turvo</b>	16	192	R\$ 120,00	R\$ 23.040,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 119.808,00</b>

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, adota-se como valor estimado da contratação o montante de: R\$ 119.808,00 (Cento e dezenove mil, oitocentos e oito reais.).

O valor servirá como referência máxima para a contratação, podendo a Administração adjudicar proposta inferior, desde que atendidas todas as exigências técnicas deste Termo de Referência.

## 6. DO CONTRATO.

6.1. A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

### 6.2. DA SUBCONTRATAÇÃO.

6.2.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, desde que não comprometa a qualidade, a padronização e a responsabilidade pela execução dos serviços.

6.2.2. A subcontratação deverá:

- restringir-se a parcelas acessórias ou específicas do objeto, especialmente quanto à disponibilização de profissionais por modalidade;
- ser previamente comunicada e autorizada pela Administração;
- observar as mesmas exigências de qualificação técnica previstas para a contratada.

6.2.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de qualidade dos serviços prestados pelos subcontratados.

6.2.4. Fica vedada a subcontratação integral do objeto, bem como a transferência da execução total do contrato a terceiros.

## **7. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

7.1. Considerando que o objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, a licitante deverá comprovar aptidão técnica e regularidade profissional compatíveis com a execução do objeto, observando-se a legislação vigente, especialmente as normas que regulamentam o exercício das respectivas atividades profissionais.

### **7.1.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar:**

- a) Comprovação de que possui atividade econômica compatível com o objeto licitado, conforme registro em seus atos constitutivos;
- b) Comprovação de que dispõe ou disporá, no momento da contratação, de profissionais devidamente habilitados para o exercício das funções de Educação Física e de regente/instrutor de música;
- c) Para os profissionais de Educação Física, comprovação de registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF), nos termos da legislação vigente;
- d) Para o regente/instrutor de música, comprovação de formação técnica, experiência comprovada ou qualificação compatível com a função a ser desempenhada;

### **7.1.2. Os serviços deverão ser prestados por profissionais qualificados, observando-se:**

- a) Planejamento e execução de aulas, treinamentos, oficinas e ensaios conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer;
- b) Cumprimento da carga horária estipulada;
- c) Zelo pela segurança dos participantes durante a realização das atividades esportivas e culturais;
- d) Organização, disciplina e conduta ética compatíveis com a função exercida;
- e) Elaboração de relatórios de atividades, quando solicitados pela Administração.

## **7.2. DESCLASSIFICAÇÃO.**

7.2.1. A ausência de apresentação, ou a apresentação de documentos exigidos no edital e neste Termo de Referência, bem como a apresentação de documentos incompletos, imprecisos, ilegíveis ou incompatíveis com as especificações técnicas e profissionais exigidas, poderá resultar na desclassificação da proposta ou na desconsideração do item correspondente, conforme análise técnica da Administração.

## **8. DA GARANTIA CONTRATUAL.**

8.1 Para a presente contratação não será exigida garantia contratual, nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a avaliação do risco da contratação.

## **9. DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1 O controle da execução dos serviços será realizado mediante:

- registro de frequência dos profissionais, por meio de planilhas de controle, relatórios mensais ou outro instrumento definido pela Administração;
- validação pelo gestor ou fiscal do contrato, mediante conferência das horas efetivamente executadas.

9.2. A contratada deverá apresentar, mensalmente:

- relatório consolidado das atividades realizadas;
- demonstrativo das horas executadas por profissional e por atividade;
- registros de presença dos participantes, quando aplicável.

### **9.3. SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS**

9.3.1. A contratada deverá garantir a continuidade dos serviços, sendo responsável pela substituição imediata de profissionais em caso de ausência, impedimento ou desligamento.

9.3.2. Os profissionais substitutos deverão possuir qualificação equivalente ou superior, previamente comunicada à Administração.

### **9.4. FALTAS E REPOSIÇÃO DE AULAS**

9.4.1. Na hipótese de ausência de profissional sem substituição imediata, a contratada ficará obrigada a:

- realizar a reposição das aulas/atividades não executadas, em data acordada com a Secretaria; ou
- sofrer o desconto proporcional das horas não executadas, sem prejuízo de eventuais sanções contratuais.

9.4.2. Reiteradas faltas ou falhas na execução poderão ensejar aplicação de penalidades, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **9.5. NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (SLA)**

9.5.1. A execução dos serviços deverá atender, no mínimo, aos seguintes parâmetros:

- cumprimento integral da carga horária contratada;
- continuidade das atividades, evitando interrupções injustificadas;

- substituição de profissionais em prazo máximo de até 24 horas, quando necessário;
- qualidade na prestação dos serviços, compatível com as atividades propostas.

9.5.2. O descumprimento dos níveis mínimos estabelecidos poderá ensejar:

- aplicação de advertência;
- desconto proporcional;
- demais sanções previstas em contrato.

## 9.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

9.6.1. A execução dos serviços deverá observar:

- os locais indicados pela Administração (zona urbana e bairros);
- os horários e cronogramas definidos pela Secretaria;
- as condições de segurança dos participantes;
- a adequada condução das atividades esportivas e culturais.

## 9.7. ANÁLISE DO PARCELAMENTO DO OBJETO.

9.7.1. Em atendimento ao disposto no art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto da presente licitação, especialmente quanto à separação por categoria profissional (profissionais de Educação Física e regente/instrutor de música).

9.7.2. Após análise técnica e administrativa, concluiu-se pela não adoção do parcelamento, optando-se pela contratação do objeto de forma conjunta, considerando que os serviços possuem natureza complementar e integram a política pública de desenvolvimento esportivo e cultural promovida pela Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

## 9.8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá:

- Executar os serviços conforme as condições, prazos, locais e especificações estabelecidas no Termo de Referência, Edital e instrumentos contratuais;
- Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e habilitados para a execução das atividades, mantendo durante toda a vigência contratual as condições exigidas;
- Garantir a continuidade dos serviços, promovendo a substituição imediata de profissionais em caso de ausência, impedimento ou desligamento, sem prejuízo à execução;
- Cumprir integralmente a carga horária contratada, observando os cronogramas definidos pela Administração;
- Apresentar mensalmente relatório de atividades, controle de frequência e demais documentos necessários à medição dos serviços;
- Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não gerando qualquer vínculo entre seus profissionais e a Administração;
- Designar preposto responsável pela execução contratual, para interlocução com a Administração;
- Zelar pela segurança dos participantes durante a execução das atividades, adotando as medidas necessárias à prevenção de acidentes;
- Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- Manter padrão de qualidade, organização e conduta ética compatível com a natureza dos serviços;
- Atender prontamente às notificações e determinações da fiscalização contratual;
- Não transferir a execução integral do contrato a terceiros, admitida apenas subcontratação parcial, nos termos previstos neste Termo de Referência;

## 9.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Administração deverá:

- Designar gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução;
- Fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo cronogramas, locais e orientações;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais;
- Realizar a medição dos serviços prestados e atestar a execução, para fins de pagamento;
- Efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições estabelecidos;
- Notificar a contratada acerca de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021;
- Disponibilizar, quando necessário, os espaços públicos para a realização das atividades;
- Zelar pela adequada formalização e gestão do contrato, adotando as providências necessárias à sua regular execução.

## 10. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DECORRENTES.

10.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação, bem como os contratos ou instrumentos equivalentes dela oriundos, celebrados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições do edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 e seguintes da referida Lei.

10.2. A gestão da Ata de Registro de Preços e a fiscalização dos contratos dela decorrentes serão realizadas em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à Administração designar formalmente gestor e fiscal, aos quais competirá:

**10.2.1. Gestão do contrato:**

É a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos, abrangendo aspectos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, pagamento, aplicação de sanções, extinção contratual, dentre outros.

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto:

10.2.1.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

10.2.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros designados, referentes às ocorrências verificadas durante a execução contratual e às medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que extrapolem sua competência;

10.2.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando no relatório de riscos eventuais impedimentos à regular liquidação da despesa;

10.2.1.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, contendo todos os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatório quanto à necessidade ou não de ajustes contratuais para atendimento do interesse público;

10.2.1.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação ao setor de contratos para formalização dos procedimentos administrativos pertinentes;

10.2.1.6. Elaborar relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base nas informações obtidas durante a execução contratual, visando ao aprimoramento das futuras contratações;

10.2.1.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão contratual, com o apoio dos fiscais técnico e administrativo;

10.2.1.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com registro de desempenho e eventuais penalidades aplicadas, conforme regulamento;

10.2.1.9. Adotar as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização ou sancionador, nos termos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando cabível.

Fica indicado para desempenhar a função de Gestor do Contrato o Sr. Rafael Bonacina.

**10.2.2. Fiscalização técnica:**

Consiste no acompanhamento da execução dos serviços, com a finalidade de verificar sua conformidade quanto à quantidade, qualidade, prazos e forma de execução, em relação às condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

Compete ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto:

10.2.2.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato;

10.2.2.2. Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas;

10.2.2.3. Emitir notificações à contratada para correção de irregularidades, fixando prazo para saneamento;

10.2.2.4. Informar tempestivamente ao gestor do contrato as situações que demandem providências além de sua competência;

10.2.2.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços nas datas previstas;

10.2.2.6. Fiscalizar o cumprimento integral das condições contratuais, conferindo a documentação necessária ao pagamento, e, após o ateste, encaminhá-la ao gestor do contrato para ratificação;

10.2.2.7. Informar o gestor do contrato, em tempo hábil, acerca do término da vigência contratual;

10.2.2.8. Participar da atualização do relatório de riscos juntamente com o fiscal administrativo;

10.2.2.9. Subsidiar o gestor do contrato com informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais.

Fica indicado para desempenhar a função de Fiscal Técnico o Sr. Renato dos Santos Francisco.

**10.2.3. Fiscalização administrativa:**

Refere-se ao acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, especialmente quanto às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, bem como ao controle de prazos, pagamentos e aditivos contratuais.

Compete ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto:

10.2.3.1. Apoiar o gestor do contrato no controle de prazos, acompanhamento de empenhos e pagamentos, apostilamentos, termos aditivos, garantias e eventuais glosas;

10.2.3.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

10.2.3.3. Examinar a regularidade do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

10.2.3.4. Atuar de forma tempestiva na solução de inadimplementos contratuais, reportando ao gestor quando necessário;

10.2.3.5. Participar da atualização do relatório de riscos em conjunto com o fiscal técnico;

10.2.3.6. Fornecer subsídios ao gestor do contrato para a avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Fica indicado para desempenhar a função de Fiscal Administrativo o Sr. Rafael Bonacina.

10.3. As atividades de gestão e fiscalização contratual deverão ser exercidas de forma preventiva, contínua e sistemática, podendo ser realizadas por um ou mais agentes públicos, desde que assegurada a segregação das funções e que o acúmulo de atribuições não comprometa a eficiência da gestão contratual.

**11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.**

11.1.1. A medição dos serviços será realizada mediante:

- relatório mensal de atividades;
- controle de frequência dos profissionais (planilha, relatório ou sistema adotado pela Administração);
- validação expressa pelo gestor ou fiscal do contrato.

11.1.2. A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente ao período de execução, acompanhada da documentação comprobatória da prestação dos serviços, incluindo:

- relatório consolidado das atividades realizadas;
- demonstrativo das horas executadas por profissional;
- registros de frequência, quando aplicável.

11.1.3. O pagamento somente será autorizado após:

- verificação da conformidade da execução dos serviços;
- ateste formal pelo fiscal do contrato quanto à execução integral ou parcial das horas previstas.

11.1.4. Fica expressamente vedado o pagamento por:

- horas não executadas;
- serviços não comprovados ou não validados pela fiscalização;
- períodos em que não houver efetiva prestação dos serviços.

11.1.5. Na hipótese de execução parcial, faltas não justificadas ou ausência de reposição das atividades, o pagamento será realizado de forma proporcional às horas efetivamente executadas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

11.1.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da prestação dos serviços pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

**12.1.** O fornecedor será selecionado por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade registro de Preços, com fundamento no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:**

### **12.2.1. Habilitação jurídica:**

a) No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) No caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) No caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) No caso de Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) No caso de Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.2.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **12.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**12.2.2.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**12.2.2.2.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**12.2.3. Qualificação econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**12.2.4. Declarações:**

a) Declara que, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

b) Declara que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

d) Declara que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

e) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

f) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do artigo 63, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;

g) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

h) Declara que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos. 42 a 49;

i) Declara que os preços cotados na proposta incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação;

j) Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar Federal nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar Federal nº 147/2014 e Decreto Municipal nº (número do decreto), e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente;

k) Declara que tem condições de executar os serviços nas quantidades estimadas e nos prazos assinalados, independentemente dos demais compromissos eventualmente existentes;

l) Declara que prestará os serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no edital e no Termo de Referência, respeitando todas as condições estabelecidas quanto à execução, prazos, qualidade, higiene, segurança e demais requisitos aplicáveis.

**12.2.5. Qualificação Técnico profissional:**

b) Comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, que evidencie(m) a execução de serviços similares compatíveis com o objeto (atividades esportivas, recreativas, culturais ou educacionais);

c) Declaração de que disporá, no momento da contratação, de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para execução dos serviços;

**13. EXIGÊNCIAS PARA A FASE DE CONTRATAÇÃO (EXECUÇÃO CONTRATUAL)**

Para assinatura o início da execução, a contratada deverá comprovar:

a) Disponibilização de profissionais habilitados para as atividades contratadas;

b) Para os profissionais de Educação Física:

- comprovação de registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF), nos termos da legislação vigente;

c) Para os profissionais de música (regente/instrutor):

- comprovação de formação, experiência ou qualificação compatível com a atividade a ser desempenhada;

d) Indicação de responsável/preposto para interlocução com a Administração;

e) Relação nominal dos profissionais que executarão os serviços, podendo haver substituições, desde que mantida a qualificação exigida.

**14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

O critério de julgamento será o menor preço global, dentre as propostas que atendam integralmente às exigências deste Termo de Referência.

**15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

15.1. O valor total estimado da contratação perfaz o montante é de R\$ 119.808,00 (Cento e dezenove mil, oitocentos e oito reais).

**16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

16.1. As despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, conforme indicação da contabilidade.

Barra do Turvo, na data da assinatura digital.

**RAFAEL BONACINA**  
Secretário de Esportes, Cultura e Lazer



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Bonacina**, SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUC., CULT., ESPORTES E LAZER, em 27/03/2026, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/registro/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/registro/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0051563** e o código CRC **11FCAE25**.

Referência: Processo nº 3505401.401.00000111/2026-71

SEI nº 0051563



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026;**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº052/2026;**

**PROCESSO SEI Nº 3505401.401.00000111/2026-71;**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DE REGENTE/INSTRUTOR DE MÚSICA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER.

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO**, com sede na Avenida 21 de março, 304, Centro – Barra do Turvo/SP – CEP 11955-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.634.317/0001-80 neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor **VICTOR MARUYAMA**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 32.760.760-9, inscrito no CPF/MF sob nº. 376.579.568-28, residente e domiciliado neste município, considerando o julgamento do Processo Licitatório acima descrito, resolve:

Registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, vinculando-se a todas as disposições do Termo de Referência e sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de profissionais de Educação Física e de regente/instrutor de música, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

CONTRATADO:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

**2.2. VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXX)**.

**2.3.** Os quantitativos acima são estimados, não gerando obrigatoriedade de contratação integral, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, podendo ser utilizados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração. Isso está coerente com o ETP e o TR.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

3.1. O órgão gerenciador será: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER.**

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do documento, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário,

5.4.2. Comprometendo-se este, a fornecer as quantidades que lhe forem solicitadas, sem obrigatoriedade de quantidades mínimas. Fica o Adjudicatário obrigado a fornecer, se a ele for solicitado, a quantidade máxima registrada.

5.4.3. Findo o processo licitatório, a Administração Municipal não tem obrigatoriedade em contratar o todo, podendo contratar as quantidades que forem convenientes ao interesse público.

5.4.4. Quando for o caso, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.4.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.4.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos NO TERMO DE REFERÊNCIA; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no TR, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos TERMO DE REFERÊNCIA, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, inclusive em eventual prorrogação, fica vedada a concessão de reajuste, repactuação ou revisão dos preços registrados, nos termos do art. 12 do Decreto Municipal nº 2.123/2024.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva (quando houver), na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.3.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra (quando for o caso);
- 9.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada (quando for o caso);
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade

mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10. MATRIZ DE RISCOS:** O risco do prejuízo pela entrega de produto com insuficiência qualitativa será exclusivo do licitante vencedor que arcará, inclusive com multa de 30% (trinta por cento) do valor do produto que deveria ter sido entregue com a qualidade prevista no edital sem prejuízo das regras qualitativas ordinariamente previstas nos padrões de mercado.

10.1. A multa decorrente da insuficiência qualitativa deverá ser indicada pela administração pública após o recebimento provisório e antes do recebimento definitivo do objeto previsto no edital.

10.2. O licitante vencedor terá o prazo de 15 (quinze) dias para, nos termos do artigo 157, II da Lei Federal nº 14.133/2.021, apresentar defesa e/ou providenciar a troca do produto por outro de qualidade suficiente.

10.3. A efetiva resolução do problema dentro do prazo de defesa do licitante vencedor será utilizada, obrigatoriamente, como critério de redução da pena de multa, observados os limites de 30% (trinta por cento) a 10% (dez por cento) sendo obrigatória a aplicação de multa na hipótese de entrega de produto com qualidade insatisfatória.

10.4. A entrega do produto após o prazo previsto no edital equivale à deficiência qualitativa aplicando-se as mesmas regras anteriores, contando-se o prazo inicial de defesa, automaticamente, a partir do último dia da entrega do produto sem necessidade de notificação expressa.

10.5. A notificação sobre insuficiência qualitativa tem a natureza de advertência para fins de registro cadastral do licitante vencedor e nos termos do artigo 60, II da Lei Federal nº.14.133/2.021 para fins de desempate por desempenho contratual."

#### **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos nesta Ata de Registro de Preços e Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Barra do Turvo, XX de XXXXXXXX 2026.

(assinado digitalmente)  
**VICTOR MARUYAMA**  
 Prefeito Municipal  
 P/ Órgão Gerenciador

(assinado digitalmente)  
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 CNPJ: XXXXXXXXXXXXX  
 P/ Órgão Gerenciado

#### **Testemunhas:**

Nome:	Nome:
RG:	RG:

### **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO/SP

**CONTRATADO:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**ATA DE REGISTRO PREÇO** Nº. XXX/2026

**OBJETOS LICITADOS:** Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada de XXX

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail (\*):

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Barra do Turvo/SP, XX de XXXXXXXXX 2026.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**Nome: **Victor Maruyama**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 376.579.568-28

Assinatura: (assinado digitalmente)

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**Nome: **Milton Wolf**

Cargo: Secretário Municipal de Governo

CPF: 056.841.508-61

Assinatura: (assinado digitalmente)

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:****Pelo contratante:**Nome: **Victor Maruyama**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 376.579.568-28

Assinatura: (assinado digitalmente)

**PELA CONTRATADA:**

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo: Representante Legal

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: (assinado digitalmente)

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**Nome: **Victor Maruyama**

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 376.579.568-28

Assinatura: (assinado digitalmente)

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS A DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL****CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS****CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO.**CNPJ Nº:** 46.634.317/0001-80.**CONTRATADA:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**CNPJ:** XXXXXXXXXXXXXXX**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.** XXX/2026.





**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: \_\_\_/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: \_\_\_/2025**

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., sediada na rua ....., nº ....., bairro ....., cidade ....., estado ....., CEP: ....., neste ato representada por seu(a) representante legal....., portador do RG ....., inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na rua ....., nº ....., bairro ....., cidade ....., estado ....., CEP: ....., DECLARA, sob as penalidades da lei, que:

- a) Declara que, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- b) Declara que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Declara que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) Declara que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- e) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- f) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do artigo 63, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;
- g) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- h) Declara que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos. 42 a 49;
- i) Declara que os preços cotados na proposta incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação;
- j) Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar Federal nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar Federal nº 147/2014, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente;
- k) Declara que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas, respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.  
Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa)



MUNICÍPIO DE  
BARRA DO TURVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
Departamento de Licitações, Controle e Parcerias

**ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: \_\_\_/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: \_\_\_/2025

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO

RAZÃO SOCIAL:  
ENDEREÇO:  
EMAIL:

CNPJ:  
TELEFONE / CELULAR:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					
02					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Propomos executar, sob nossa integral responsabilidade, o objeto do presente ajuste, de acordo com os prazos e as especificações constantes do respectivo Edital e seus Anexos, estando incluídos, nos valores acima propostos todos os encargos operacionais e tributos devidos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de sessenta (60) dias.

Declaramos que os preços propostos são expressos em reais e que estamos cientes de que poderão ser realinhados apenas em casos excepcionais, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e dos artigos 10 e 11 do Decreto Municipal nº 5.157, de 29 de dezembro de 2023;

Declaramos que o preço proposto compreende todas as despesas como, mão de obra e encargos sociais – inclusive adicional de insalubridade, seguros, e demais encargos necessários, ferramentais e equipamentos, tributos federais, estaduais e municipais, atentando as especificações técnicas contidas neste Edital, necessários à perfeita execução do objeto desta licitação, assim como sua remuneração e lucro.

Declaramos aceitar, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no Edital da licitação em referência e, em seus Anexos, e que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Barra do Turvo.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO**

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11955-000  
CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 3578-9444 E-mail: licitacao@barradoturvo.sp.gov.br



**ANEXO VI - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: \_\_\_/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: \_\_\_/2025**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, pelo presente, informa o representante legal com poderes para a assinatura do Termo de Contrato desta licitação, bem como os dados da conta bancária para respectivos pagamentos:

Representante Legal:

Nome completo:

Qualificação dentro da Empresa:

E-mail corporativo:

E-mail pessoal:

Estado Civil:

Nacionalidade:

Endereço Residencial Completo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Informação Bancária:

Nome do Banco:

Agencia:

Conta Corrente:

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa)